



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

DATA: 11 DE SETEMBRO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Boa noite a todos. Daremos início à audiência pública ao PL 289/2013, de minha autoria, que dispõe sobre a gestão participativa das praças do município de São Paulo, e dá outras providências.

Em primeiro lugar, agradeço a presença de todos e é um prazer estar com vocês aqui. Esperamos fazer desta audiência um momento importante do debate desse projeto, incorporando sugestões e propostas no projeto de lei original, visando a elaboração de um substitutivo que possa atender, não só aquilo que os vários movimentos e grupos que atuam em praças possam trazer, como também contribuições das secretarias e do próprio Executivo.

Convido para compor a Mesa os Srs.: José Francisco de Almeida Neto, da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras, representando o Sr. Chico Macena; Cyra Malta Olegário da Costa, representando a Subprefeitura da Lapa; Sun Alex, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e Cecilia, representando o Movimento Boa Praça.

Farei rapidamente uma breve apresentação do projeto de lei. Muitos já conhecem e não me estenderei demais para dar tempo de ouvirmos todas as pessoas e discutirmos como mudar o projeto.

- O orador passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – O projeto tem dois objetivos principais: viabilizar a participação dos cidadãos na implantação, requalificação e gestão de praças; fortalecer o diálogo entre o Poder Público, a sociedade civil para melhorar a qualidade desses espaços públicos.

O objetivo sustentabilidade do espaço urbano, valorização da saúde, inclusão social, manifestações culturais, melhoria na qualidade de vida; valorização do patrimônio ambiental, histórico e cultural, apropriação e fruição dos espaços públicos; utilização dos elementos paisagísticos, arquitetônicos, esportivos, lúdicos e mobiliário urbano voltados ao atendimento das necessidades dos cidadãos; sensibilização e conscientização da comunidade para conservação, manutenção das praças.

Os princípios de disseminação ampla e qualificada de informações são questões importantes. Sabemos que há muito pouca informação sobre as praças da Cidade como veremos à frente. São pontos importantes: transparência; diálogo com a comunidade; valorização do saber técnico; valorização de cada praça, sua singularidade e complementariedade; integração entre as praças, parques, áreas verdes, particulares, arborização urbana, considerando diferentes escalas e a passagem, observando o disposto no Plano Diretor e a parceria entre o Poder Público e a sociedade civil, o setor privado na manutenção e conservação das praças.

Os instrumentos consulta pública de projetos previamente à sua implantação, comitês e usuários e cadastros de praças. Consulta pública, procedimento e divulgação pública da sua posse para receber manifestação dos interessados, principalmente da população local e do entorno, seja nos processos de novas praças, que são elaboradas pelo Poder Público por terceiros e nos projetos de requalificação de praças que implicarem em reformas e/ou substituições expressivas de vegetação e nos projetos de requalificação e reformas de praça, quando implicarem em mudança de uso predominante.

As regras são estabelecidas. Então, regras de consulta pública, que vão ser regulamentadas pelo Executivo, unificadas para todas as subprefeituras, estabelecendo prazos, meios de edificação e demais procedimentos.

Após passar pela consulta pública o projeto seria apreciado pelo Cades. Na verdade, já temos o conselho participativo que vai ser proposto. Então, tem uma série de adaptações que terá de ser feita em função do que já está em andamento.

Os comitês e usuários são voluntários formados por iniciativa de dois ou mais munícipes. Não são obrigatórios, quer dizer, é uma questão importante, ao contrário dos comitês dos conselhos gestores de parques. Todo parque tem um conselho gestor. Aqui, voluntário no sentido de onde já existir uma organização da comunidade, a ideia não é que se force para que todas as praças tenham um comitê de usuários. É claro que o ideal seria se

todas as praças tivessem um comitê de usuários, mas também não adianta querer que tenha onde não existe. Mas, isso cria um interlocutor, claro, entre a Prefeitura e o conjunto de usuários amplamente reconhecidos. Seus integrantes não são remunerados, são cadastrados na subprefeitura nas unidades de áreas verdes. Trabalharão de forma integrada com os zeladores das praças, que é outra discussão. É a questão da presença, da existência dos zeladores. A ausência de comitê não impedirá a Prefeitura de implantar, reformar ou qualificar praças, ou seja, se não existir o comitê, os procedimentos não necessariamente têm de ser os mesmos.

Os comitês contribuem para a gestão da praça. Propõem projetos, reformas, requalificações e intervenções, bem como opinam acerca desses. Opinam acerca de propostas e termos de cooperação, bem como acompanham a fiscalização e o cumprimento. Opinam acerca do mobiliário urbano, equipamento e demais elementos que compõem as praças. Opinam acerca dos termos de permissão dos usos comerciais, tais como: café, revistaria, bancas de frutas, feiras orgânicas nas praças, observando a legislação pertinente; mediar a relação entre a comunidade vizinha à praça e o Poder Público; buscar parcerias e opinar sobre parcerias existentes e propostas e ainda acompanham os serviços de manutenção, limpeza, capinação, poda e demais serviços executados pela Prefeitura e/ou cooperantes, informando sobre a necessidade de tais serviços e apontando eventuais irregularidades.

Tem um parágrafo nesse artigo que estabelece que houver termo de cooperação, a Subprefeitura deverá contribuir para o diálogo entre o cooperante e o comitê de usuários, mediando-o sempre que necessário.

O cadastro de praças, listagem atualizada e georreferenciada de praças, contendo: demarcação das praças por distrito, com nome, endereço e área; informações sobre as características de cada praça, tais como topografia, vegetação, equipamentos e mobiliário urbano, espécimes arbóreos; programação de limpeza e capinação; zeladoria; termo de cooperação, nome e contato do cooperante, quando existir; comitê de usuários e contato do

responsável, quando existir. E a cada dois anos, no máximo, atualizado pela internet. Claro que a ideia é de que fosse atualizado sempre que houvesse alterações, mas no máximo a cada dois anos.

O Executivo deverá manter e ampliar o programa de zeladoria de praças; propostas de Termos de Cooperação serão apreciadas pelo CADES Regional - novamente aqui a mesma questão -, após análise da Unidade de Parques e Jardins da Subprefeitura, ouvido o comitê de usuários; Executivo Municipal adequará a legislação que normatiza os Termos de Cooperação ao disposto nesta Lei; propostas de instalação de hortas comunitárias orgânicas e composteiras nas praças deverão ser encaminhadas para as respectivas Subprefeituras, mediante solicitação contendo, no mínimo, a localização, as dimensões e a indicação dos responsáveis; a unidade de áreas verdes expedirá manifestação considerando as condições de solo, irrigação, insolação, topografia e entorno, ouvindo o comitê de usuários; a Subprefeitura apoiará a implantação dentro de suas possibilidades, em parceria com a SVMA e SMSP/ABAST no âmbito do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - PROAURP.

É isso, portanto, a ideia é a de que a gente tenha um regulamento que permita que as praças possam ser geridas de maneira participativa e que, em suma, tenhamos clareza em como as praças devem ser cuidadas, criando assim uma regulação que hoje inexistente.

Para se ter uma ideia, há vários questionamentos a respeito do próprio cadastro de informação da Prefeitura. Nós não temos um cadastro, como já fizemos outro debate sobre esse tema, e não sabemos quantas praças temos na Cidade. Às vezes tem praças que nem são praças. É comum esta Casa aprovar nome de rua, nome de praça para entroncamento de sistema viário, que são pequenas áreas verdes. Não temos noção do que isso significa do total das praças da Cidade. Poder ter um cadastro com área, característica e etc. permite ter uma avaliação mais clara do que dispomos de áreas verdes de lazer que efetivamente podem ser usadas pelos cidadãos.

Temos algumas praças que são pequenos parques. Não vejo nenhum problema

nisso, acho que até é uma vantagem hoje porque as praças abertas sem grade. Os parques – dizem – têm de ser cercados. Tem uma lei que define isso, menos os chamados parques lineares que muitas vezes também não são bem parques, são praças.

Cercar parque ou praça é inadequado. Não é isso que deveria separar uma situação da outra. Essa é uma discussão que se relaciona com esse assunto, uma vez que temos algumas praças, por exemplo, do Pôr do Sol, que têm dimensão significativa. Tem parques, às vezes, que são menores do que essas praças, como o parque Siqueira Campos. Existe uma linha divisória imprecisa sobre isso.

Temos de avançar na discussão sobre áreas verdes na Cidade. No Plano Diretor, que está além deste projeto, temos de discutir quais são as áreas verdes remanescentes, mesmo de uso privado, que devem ser trabalhadas para que no futuro virem praças ou parques. Esse é um momento importante para o tema. Não é objeto deste projeto de lei, mas é de um projeto de lei que estará tramitando na Casa provavelmente a partir da próxima semana e que constitui uma oportunidade para que possamos fazer uma discussão sobre áreas verdes na cidade de São Paulo.

Acredito que este projeto de lei tem um lado de gestão *stricto sensu*, mas também se insere em uma esfera de planejamento, principalmente quando se propõe o cadastro que irá identificar as áreas verdes da Cidade, a distribuição, localização, onde há carência. Quando trabalhamos com áreas verdes, trabalhamos por distrito ou subprefeitura. Sabemos que os distritos na Cidade são muito grandes. Talvez precisássemos – na lógica de um planejamento urbano adequado – ter em um espaço de uma caminhada acesso a uma área verde em todas as áreas da Cidade. Isso significaria um planejamento e talvez o georreferenciamento permita que identifiquemos os lugares prioritários para implantar novas praças na Cidade.

Pergunto se a Lúcia, assessora do gabinete, quer acrescentar alguma coisa? Ela participou intensamente na elaboração deste projeto.

A SRA. LÚCIA – Podemos ouvir as pessoas e, depois, se houver alguma

consideração para fazer, farei.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki - PT) – Convido o Edson, da Subprefeitura do Butantã para compor a Mesa.

Tem a palavra o Sr. Francisco.

O SR. FRANCISCO – Boa noite a todos. Meu nome é Francisco, estou aqui representando o Sr. Chico Macena, Secretário de Coordenação das Subprefeituras e respondendo também ao convite do Nabil para que possamos conversar a respeito deste PL que trata da gestão participativa das praças da cidade de São Paulo. O trabalho de gestão participativa é importante não só pelo fato de estarmos buscando as pessoas de São Paulo para que possam estar mais próximas das áreas verdes, mas também pela questão do geoprocessamento que é bastante importante para que de fato possamos ter uma ideia do número de praças que temos em São Paulo.

Pelas listas tradicionais da Prefeitura de São Paulo, deve haver em torno de cinco mil praças. A cidade de São Paulo é uma megacidade e talvez a 6ª cidade maior do mundo, com 11 milhões de pessoas. Temos características particulares e consideramos praças quase todas as áreas verdes da Cidade. Então temos praças grandes, praças parques, pracinhas e todas são contabilizadas e, às vezes, até perdidas - não no sentido de que a Prefeitura não tenha uma visão sobre elas, mas no compito do número.

Temos praças em que a população da Cidade participa bastante como a Praça das Corujas, que é quase um parque e é muito bem estruturada, tem até um zelador e lá se faz uma composteira orgânica muito própria para o ambiente, o que não quer dizer que possa ser feito em todas as praças da Cidade, são coisas particulares que cabem em algumas praças e podem não caber em outras.

Há duas praças na City Boaçava onde a sociedade local tem um termo de permissão e faz muito bem, por sinal, a manutenção desses locais. A praça é superfrequentada por famílias, principalmente nos finais de semana, por todos os jovens, gente leva cachorro,

embora seja proibido - mas temos de entender – e também vão crianças. A convivência é gostosa, é pacífica, são festas de aniversário, enfim.

Tudo isso então são as praças da cidade de São Paulo. Temos então de discernir bem o que são as praças em que a população pode estar presente, de outras praças que fazem parte da área verde, da urbanização e que não vão atrair população do entorno para estar nela.

Eu mesmo moro próximo de uma praça muito bonita, embora precise de revitalização, lá no alto da Avenida Gualter. A população local, de classe média alta, quase não participa dessa praça. Não são todas que conseguimos, mas a ideia é trazer as pessoas do local para participar desses ambientes democráticos, gostosos, que são as nossas praias. O paulistano ou vai na praça ou vai no shopping, ao cinema, fazer compras.

A praça é muito importante. Tenho certa convivência de estar em algumas dessas praças, nos finais de semana, e a convivência é muito legal, é importante para a sociedade.

A Prefeitura do Município de São Paulo nesta gestão está despendendo grande esforço para que a gente possa melhorar as praças. O nível de investimento neste ano, para reformas como: revitalização, manutenção, girou em torno de 35 milhões, mais do que o dobro do despendido nas gestões anteriores. Afora isso, houve aporte de recursos de 40 milhões advindo do Fundurb, Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano, que propicia condição às subprefeituras revitalizarem suas centralidades, as áreas mais importantes do bairro aonde as pessoas têm convivência, e isso envolve as praças.

A Subprefeitura da Sé encaminhou seis importantes projetos porque nesse caso não dá simplesmente para trocar uma planta de lugar. São grandes praças, que precisam de projetos, os quais são fundamentais para adequarmos à situação.

Então, juntando os recursos de Fundurb e mais o Tesouro, o investimento é por volta de 70 milhões. Claro, é bastante difícil tocar pra frente porque os quadros técnicos da Prefeitura estão reduzidos nas subprefeituras, nas secretarias, de modo geral. Essa é uma

questão complicada, precisamos resolver o quanto antes para que a cidade possa ter um quadro técnico que possa fazer frente às questões que atingem à população no sentido de melhorar a vida de todos nós.

Não sei, Nabil, eu poderia falar mais alguma coisa?

O SR. NABIL BONDUKI - Queria perguntar sobre a zeladoria das praças.

R – Eu não posso dizer a vocês, agora, o que acontece com a zeladoria. Particularmente, na minha visão, acho que é um trabalho bastante interessante, muito bom. Não sei o que houve porque a zeladoria de praças era um trabalho com pessoas, em geral com aposentados, que tinham interface com a Secretaria do Trabalho, do Verde e Meio Ambiente e das Subprefeituras. A do Trabalho contratava as pessoas; do Verde, fornecia curso de 90h, muito bom, aliás é tradicional a Secretaria do Verde dar cursos de paisagismo, jardinagem, eles são, de fato, muito bons. O curso minimamente qualificava as pessoas, também eram fornecidos uniformes, até veículos. E as subprefeituras alocavam essas pessoas nas praças mais importantes, aonde tinha mais necessidade, e providenciava acompanhamento. Na mudança de governo, não sei o que aconteceu. Essa situação não mais prosperou. Precisamos ver o que aconteceu, mais de perto. Eu não posso falar muito mais do que isso, não é minha área de trabalho, sou um assessor técnico do Secretário Chico Macena. Eu não sei o que houve, as minhas funções não vão para esse lado.

Acho bastante importante que prospere, no meu ponto de vista, é importante que continue o trabalho nos moldes como estava sendo e que se amplie.

(NÃO IDENTIFICADA) – O Lapola tem um esclarecimento a fazer sobre o assunto e, depois, eu também tenho.

O SR. MARCELO LAPOLA – Quanto ao projeto de zeladoria, criamos na Subprefeitura do Butantã, são 36 zeladores, estão terminando os contratos e não estão sendo repostos. Há um comunicado de que o projeto estaria terminando e que aos poucos estão terminando os contratos. Agora, no final de junho, acho que foram sete ou oito que terminaram

e não foi reposto. A gente acha o projeto muito interessante para darmos continuidade.

(NÃO IDENTIFICADA) – Conversei na Secretaria do Verde e Meio Ambiente, tentei levantar informações sobre o projeto, não sei se há algum representante da Secretaria, mas me disseram que o projeto, que o dinheiro vinha da Secretaria de Participação e Parceria, acontecia o treinamento dado pelo Verde, e a Subprefeitura operacionalizava. Acontece que os recursos foram suspensos. Primeiro, o dinheiro tinha de ser passado para o Verde; e foi suspenso. E não há, ninguém sabe aonde foi parar dentro da Secretaria, precisaríamos conversar com o Diretor de DPAV.

Mas a informação importante é que, ano passado, o projeto foi premiado pelo Ministério do Meio Ambiente como exemplo de boa prática urbana. É fundamental que a gente resgate. Não sei se podemos recriar por lei, não sei qual a estratégia, mas, de fato, é projeto do qual só se houve falar bem.

O SR. NABIL BONDUKI – Cida, quer falar? (Pausa)

A SRA. CIDA – Entre outras coisas, até falo do programa de zeladoria porque convivi com seu nascimento e convivo, na outra ponta, com sua execução. Mas prefiro parabenizar o Nabil pelo projeto de lei, a Lúcia, todos que deram o seu *pitaco* para sair esse projeto de lei, que garante uma coisa que, pelo menos eu, nós tentamos prezar dentro do território da Subprefeitura Lapa, que é o respeito com as comunidades organizadas em torno das praças locais. Começando pelo Boa Praça, há algumas hortas e tudo mais.

Tenho algumas preocupações com o projeto de lei, e esqueci de trazer as anotações, passarei então, depois, por escrito.

Uma das minhas preocupações é que o projeto, numa certa medida, dá poder à população, correto e perfeito. Em outra medida, quando remete algumas coisas para serem deliberadas em determinados espaços acaba engessando um pouco a dinâmica da subprefeitura no sentido, por exemplo, de firmar termo de cooperação. Ele acerta muitíssimo na medida em que fala assim: projeto de reforma e mesmo de construção de praça, de

implantação de praça, porque temos áreas verdes que viram praças, tem de ter audiência pública, conversar com as pessoas que vão usufruir. Temos experiências infelizes na Subprefeitura da Lapa pela falta de diálogo, ou mesmo pela falta de noção de que a obra vai acontecer. É um negócio que de repente assusta e aí as pessoas começam a mandar e-mail dizendo que tem um trator. A gente convive um pouco com essa situação no dia-a-dia.

Então o projeto acerta em algumas coisas, mas ele acaba não dando parâmetros para mediação de conflito em relação aos usos das praças, porque a praça tem uma função ecossistêmica, nem toda a praça é só concreto. E mesmo aquela que é só concreto, ela tem árvores e área ajardinada. Há os usos tradicionais, a história do uso daquela área e acho que falta um pouco ter os elementos, até para que os técnicos possam mediar eventuais conflitos de usuários.

Trago como exemplo uma situação que tivemos na região do Jaguaré de conflito sócio ambiental e Segurança Pública. Essas áreas têm muita dificuldade de conversar. Havia um grupo que fazia o cuidado de uma área verde e outro que reclamava da questão da praça escura, da vegetação que era muito alta. Enfim, então eu tinha um grupo que ajardinou a área e fazia a conservação dela de um jeito fantástico, porque não tinha deposição de entulho, e a praça ao lado era ponto vicioso de entulho, enquanto a que era cuidada com vegetação, flores, etc. não era ponto de entulho, mas tinha o conflito com segurança, que tem a ver com os outros problemas que temos na Cidade. Isso gerou um conflito imenso e aí não sei como a gente regularia a relação de um comitê que tem um grupo que quer tirar toda a vegetação da área, se eu não tiver um respaldo nisso, se for depender só do comitê ou da briga dos vizinhos, como é que a área técnica, na medida em que tem todo um processo de gestão compartilhada, como é que a área técnica vai se posicionar. Nessa mediação a área técnica entrou como o meio do caminho entre mexer na vegetação, realizar poda, melhorar a iluminação, mas mesmo assim para o grupo pró-segurança não era o suficiente.

Então não sei como seria esse tipo de conflito sem ter um regramento para a área

técnica acompanhar. A mesma coisa com relação às hortas urbanas e tal em que há uma série de coisas que no território em que eu colaborei vou tocando na base do bate-papo. Então o grupo se organiza, pede alguma coisa e vemos o que conseguimos fazer. De uma forma não muito burocrática, mas nesse sentido temos a horta na Vila Pompéia. É uma área pequena que foi ocupada por um grupo de moradores da região. Já estamos montando a horta da Praça Homero Silva, inclusive, tentando caminhar para os moldes da Horta das Corujas, com o grupo Ocupa e Abraça que se organiza em torno da Praça Homero Silva.

Também temos a praça que ganhou um nome na Vila Anglo – nunca lembro o nome -, a Antonio Rezk, que também tem a ver com o movimento organizado de população. E na medida do possível, porque sou uma defensora de que os grupos têm de ser autônomos, tentamos não causar nenhum empecilho. Só tentamos trazer bom senso na forma de organizar o espaço para não ter nenhum tipo de conflito, porque eventualmente alguém coloca alguma coisa lá e o pessoal da limpeza vai e tira e a gente nem sabia que o pessoal estava fazendo. Então o diálogo é fundamental. No caso da Horta da Vila Pompéia foi fundamental o diálogo, porque senão eu programo a conservação e a conservação é corte de grama. Entra e corta tudo.

O projeto de lei é bacana, mas há alguns elementos que trazem um engessamento e que dificulta, talvez, a forma como tem sido conduzido até agora na Subprefeitura Lapa, dificulta o diálogo, porque vai colocar outros atores no meio do caminho. Temos ao redor de 400 áreas na Subprefeitura entre corredores centrais, alças de acesso de marginais, que são áreas grandes também, praças. Então não sei como ficaria.

Quanto à zeladoria de praças também não estamos recebendo informação do Governo, acabamos recebendo indiretamente pela população que fala, por exemplo, que vai suspender a zeladoria de praças. Aí saímos correndo atrás da informação, mas até agora não consegui de volta. A informação que temos é essa do Butantã, os contratos vão vencendo e vão deixando de existir, mas o programa era muito bacana, só que para a unidade de áreas

verdes tocar esse programa é muito difícil na realidade que temos.

Então o programa zeladoria de praças é maravilhoso, mas precisa melhorar a estrutura de suporte ou recria-lo para que possamos manter. É um projeto de inclusão, envolve três secretarias, capacitação pelo verde, subprefeitura com a responsabilidade toda. É como a população de risco, então é muito difícil, é uma população limiar de inclusão. Então para tocar essas pessoas e toda a atividade da Subprefeitura precisamos de técnicos qualificados, uma estrutura de colaboração com a população que também, de certa forma, tem de acolher esse cidadão dentro do processo da gestão da praça, mas é um projeto maravilhoso e acho que valeria a pena levar, mas ele tem de ser mais bem instrumentalizado para acontecer na base e nesses locais onde temos a comunidade que acolhe para ele funcionar bem.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Ok. Obrigado.

A SRA. CECÍLIA - Eu queria trazer o meu depoimento, Nabil. Tenho um monte de observações.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Eu sei, mas queria fazer o seguinte: vamos passar para a fala das pessoas, depois voltamos para a Mesa.

A SRA CECÍLIA - Porque eu trouxe...

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Se você quiser fazer agora, tudo bem, mas assim damos oportunidade para todo mundo falar.

A SRA. CECÍLIA - Porque fui convidada oficialmente para representar a sociedade civil e vim aqui com um compilado de informações sobre o PL.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Eu sei disso. Estou dizendo que há quatro pessoas inscritas, cada um vai falar três minutos. Estou tentando só circular, se você quiser falar agora...

A SRA. CECÍLIA - É que acho que seria legal trazer tudo o que tenho e depois as pessoas vão acrescentando o que faltou. É uma ideia.

A SRA. _____ - Advogando a favor da Cecília, é a forma como foi

organizado, porque me informei junto à Comissão e me disseram que a gente poderia convidar pessoas para participar da Mesa, fazer uma discussão e ver quem convidaríamos. Então ela está representando um coletivo. É por isso.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Está bem. Pode falar.

A SRA. CECÍLIA – Então vamos lá. Estou com um compilado de várias informações, vim aqui representar a sociedade civil, não significa que o que vou falar represente todos os que estão presentes.

A primeira coisa vai direto ao PL. São observações relativas às definições e ao que se tem no PL para que a gente construa um projeto que faça sentido para a sociedade civil. A primeira observação é relativa à definição de praça. Hoje temos, como bem falou o Chiquinho, áreas ajardinadas, parques, praças, rotatórias e não temos claro o que define cada coisa.

Para nós, principalmente do Movimento Boa Praça, entendemos a praça como um espaço público e urbano local de celebração, convivência e lazer dos habitantes. Isso é importante porque para nós praça é um lugar com gente. Uma área sem pessoas não é ainda uma praça. Ela pode se tornar uma praça, mas para nós a praça é uma área com pessoas e que exerça essa função social que é ser esse espaço de convivência prioritariamente da comunidade do entorno da praça, porque entendemos a praça como um espaço local.

Inclusive, a gente entende a praça como uma ferramenta da localidade para que exista a possibilidade de bairro dentro de uma cidade como São Paulo. Imaginamos os bairros como vários microcosmos com várias praças dentro desses microcosmos que são espaços de convivência, de debate, de inclusão e ferramentas que a comunidade tem para se orientar e se conectar com o todo. É fundamental que o projeto tenha essa definição clara.

Segunda coisa, no artigo 2º do PL entende-se por gestão participativa das praças a participação dos cidadãos na implantação, revitalização, requalificação e gestão das praças públicas. Nós acrescentaríamos aí a questão da fiscalização e o uso zeladoria. Estamos falando do projeto de zeladores que é fundamental, mas o cidadão também é o zelador do

espaço público. Então entendemos isso como uma função da gestão participativa, mesmo porque é uma aliança entre sociedade civil e Poder Público. E isso precisa ficar muito claro, quais são as funções e quais são as possibilidades que existem para se entender essa dinâmica.

Outra coisa, a questão da substituição dos papéis, porque hoje muitos coletivos fazem ações de mutirão nas praças para limpeza, por exemplo. Isso realmente é bacana como um processo, mas não como um fim, porque a função do Poder Público é limpar e a função da sociedade civil é zelar, fiscalizar e usar esse espaço.

Essas funções precisam estar muito claras, o papel de cada um e aí eu iria um pouco mais a fundo e traria a questão, por exemplo, do artigo 5º em que temos a consulta pública de projetos, os comitês de usuários, o cadastro de praças, a gente colocaria aqui esse entendimento das funções. Aqui está mais ou menos estruturado, ainda precisamos estruturar melhor a questão do comitê gestor, mas o que se refere ao Poder Público não está nada claro quem faz o que.

Então sugerimos que apontem aqui quais são as funções: poda de árvore, limpeza, construção, reforma, manutenção, eventos, cadastros, zeladoria, enfim, e a quem cabe cada função. Quais são as secretarias, os órgãos e a quem recorrer, porque fica mais fácil para o cidadão na hora que ele vai dialogar. Por isso a gente sugere que isso esteja também na lei.

Outra coisa, no artigo 4º fala – a gente concorda -, da vocação da praça, da singularidade, complementaridade com as outras praças e áreas verdes do bairro e dos distritos. Nós complementaríamos isso, por exemplo, com a relação com as instituições locais. Então não é só. A relação da praça com a área verde. É a relação da praça com a escola, com a comunidade, com a biblioteca pública, com o supermercado, com a empresa local. A relação da praça com o entorno em todos os aspectos até porque também podemos incrementar a questão pedagógica desse processo. Nós, como participantes ativos do Movimento Boa Praça, nos deparamos com pessoas que não querem pensar sobre praça, não tem interesse, inclusive

escolas que nem reconhecem a praça como espaço educativo local. Esse é um processo pedagógico que precisa ser inserido como uma base de sustentação desse projeto.

Acrescentaria também questões estruturais, alguns parâmetros que se referem a estrutura da praça, por exemplo, acessibilidade. Existem muitas praças, como na que atuamos que foi feita como contrapartida para a construção de um edifício de alto padrão. A praça, a princípio, tinha sido feita toda voltada para o prédio. Uma das ações que fizemos foi abrir entradas da praça para a comunidade do entorno, então, a acessibilidade de todas as formas.

A Praça Amadeu Decomi não tem faixa de pedestre que liga um lado da avenida à praça, então, ninguém consegue chegar à praça. São detalhes que precisam estar no PL para que consigamos fazer com que a praça seja um lugar acessível à comunidade do entorno principalmente.

As condições físicas, os parâmetros para a construção. Nessa última gestão houve várias ações, como parquinho, mas que a gangorra foi mal feita, que o balanço quebra. Daí a três meses não tem mais parquinho. Então, precisamos minimamente de alguns parâmetros de qualidade para que a gente tenha algo com longevidade no espaço.

Cito também a questão dos bancos. A praça tem de ser um espaço que acolhe o cidadão. A política que se tem hoje são bancos sem encosto, ondulados, ou seja, não são confortáveis para sentar e o cidadão acaba não ficando na praça porque ela não acolhe. Essas questões precisam estar no PL porque quando for feita qualquer intervenção na praça, que essas questões sejam contempladas.

Quanto à consulta pública: “a consulta pública poderá ser feita pela internet.” Esse é um questionamento que a gente faz porque existem muitas praças, principalmente na periferia de São Paulo, que as pessoas não têm acesso à internet. As praças que o Movimento Boa Praça atua – fizemos uma pesquisa no entorno – têm muitos moradores, inclusive aqui no Centro, que não têm acesso à internet. Como a praça é um elemento local, principalmente essa localidade precisa participar de uma audiência pública.

Agora temos o conselho participativo que talvez seja o caminho mais adequado porque vai ter uma representatividade maior do que o Cades.

O comitê de usuários “sendo constituído por dois ou mais moradores do entorno e/ou usuários da praça”. Diremos que seria uma obrigação do morador do entorno fazer parte deste comitê gestor. Não é e/ou. Tem de ter “e”. O pessoal da Praça do Pôr do Sol trouxe uma ideia de que seria uma obrigação de ser 50% de moradores do entorno. Sendo assim, dois talvez sejam poucos. O mínimo talvez sejam quatro pessoas. Essa é uma questão para se pensar.

Faltam também as regras de elegibilidade deste conselho gestor. Como ele é eleito? Eu me nomeio? Como a gente resolve?

Muitas vezes existem demandas levadas às Subprefeituras, por exemplo, a Amadeu Decomi é uma praça que a gente atua há cinco anos e até hoje não conseguimos uma lixeira para a praça. É a ausência geral do Poder Público nessa praça, onde fazemos eventos há cinco anos. Não sei como fazer, mas seria um tipo de punição ao Poder Público. No momento em que uma demanda real, comprovada, não é atendida, o que se tem? Talvez seja um direito adquirido, não sei. É algo para se pensar.

No artigo 10 “opinar acerca dos termos de permissão de uso comerciais tais como cafés, revistarias, bancas de frutas e feiras orgânicas nas praças”. Essa questão é importante e cabe dizer que caso se tenha esses itens nas praças, que alguma parte da renda seja revertida a esse espaço. Tem praças com bancas, com feiras e que a gente consiga reverter a renda para manutenção do espaço.

No Art. 11, o cadastro de praças, a questão geográfica, a zeladoria, termo de cooperação. Talvez pudesse ter elencado aí algumas prioridades estabelecidas pelo conselho gestor da praça. Por exemplo, esta praça tem aptidão para encapar uma feira ou evento ou o contrário, ou seja, às vezes têm prioridades pré-estabelecidas que possam estar na internet, na consulta, para alguém que queira fazer alguma coisa em uma praça consiga buscar qual a

praça ideal para aquela ação que vai ser feita.

A Cyra comentou sobre a dificuldade de firmar o termo de cooperação. Existe também um questionamento que eu trago como sociedade civil. Dentro desse entendimento de papéis e do Movimento Boa Praça já questionamos muito sobre a validade desse tipo de Termo de Cooperação, porque é muito bom mesmo para esse processo que a gente vive hoje ter uma empresa que invista na praça, ponha a plaquinha e tal. Isso faz sentido para esse momento em que temos uma Prefeitura sem recursos e estrutura, mas como fim talvez não seja o ideal, porque a gente perde um pouco essa conexão, esse diálogo bipolar, de dois agentes, que é o diálogo que funciona de forma mais facilitada. Então, trago essa pulga atrás da orelha para pensarmos.

Fora isso, eu trouxe uma lista de possibilidades para uma praça. Por exemplo, praças que poderiam ter um banheiro ou uma tomada numa caixinha fechada com chave ou ter um bebedouro ou a questão das plantas nativas do espaço. Enfim, são questões que poderiam também ser contempladas no PL. Não que todas as praças devam ter isso, mas que tipo de praça poderia contemplar cada coisa e como é que isso poderia se dar na prática. E, mais do que isso, quem se responsabilizaria, por exemplo, caso uma praça tenha um banheiro, pela limpeza? Então, são questões que eu acho que valem a pena contemplarmos no PL.

Citei também outras questões e depois passarei todas, porque acho que não vale a pena ficar lendo aqui, a não ser que o pessoal peça, como curiosidade. Fora tudo o que falei, tem a questão dos horários e dos eventos, porque não está claro, por exemplo, que tipo de evento e em que lugar se pode realizá-lo.

A Fernanda trouxe hoje mesmo a questão da Praça Cornélia. Estão fazendo um mega evento numa praça pequena. Dependendo do tamanho da praça ou da localidade, se está próxima de uma avenida ou dentro de uma área residencial ou se tem comércio no entorno, podemos estabelecer alguns parâmetros para se entender que tipo de evento cada praça comporta.

Bom, é isso, agora acho que vale abrir para os outros. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Cecília. Agradeço muito pelas contribuições, que são muito importantes para o projeto. Há alguns pontos também para discussão.

Há quatro inscritos e pedirei para não se alongarem demais, mas não serei rígido no tempo para avançarmos na discussão e ver se alguém da Mesa quer dar mais alguma contribuição.

Tem a palavra o Sr. Diogo Baider, do Coletivo Ideia Nossa.

O SR. DIOGO BAIDER – Tenho algumas perguntas e tentarei compacta-las um pouco mais para dar espaço às demais pessoas.

Qual é o papel do setor privado, pois sabemos que existe uma parceria público-privada e quais os poderes do setor privado no direcionamento das atividades e rumos tomados para essas praças? O que o setor privado ganha ao entrar nessa parceria? Como é beneficiado, para entender mais o papel dele? Quem fica responsável pelo financiamento de eventuais consertos, de manutenção? Por exemplo, a comunidade vai e instala um banco ou um balanço ou alguma coisa assim e depois quem toma isso, só a comunidade do entorno?

No caso de haver investimento do setor privado, a Prefeitura sai de cena ou existe uma soma de esforços da Prefeitura e do setor privado para manter essas praças? Essa é mais uma pergunta.

Tenho uma pergunta sobre o artigo 11, Inciso II: é possível determinar termos de uso no próprio projeto para evitar o desmatamento das áreas das praças? Como isso fica em relação às leis que se aplicam no espaço público em geral? Quais são as mudanças?

No artigo 16, a suplementação do orçamento através do setor privado poderá implicar em defesa dos interesses destes que possam impactar em projetos criados pelos comitês das praças? Por exemplo, um determinado comitê cria um projeto para instalar uma horta e uma empresa que está ajudando a manter a praça resolve colocar, sei lá, uma placa

enorme na frente da horta, atrapalhando o seu desenvolvimento. Como ficaria isso? Quem é favorecido nessa história?

Eu vou parar por aqui e depois farei outras perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Diogo. Tem a palavra a Sra. Madalena Buzzo, da Praça das Corujas.

A SRA. MADALENA BUZZO – Boa noite, eu sou a Madalena Buzzo e moro perto da Praça das Corujas. Gosto de olhar a praça dessa forma, quando falo que moro perto dela, respondendo a quem me pergunta onde moro. Acho que é um lugar que acolhe as pessoas e as identifica.

A Cecília pontuou várias coisas que a gente tinha conversado. Então, só vou dar um exemplo. Já tinha um envolvimento da comunidade com a praça e montamos um conselho gestor experimental da Praça das Corujas. Inicialmente fizemos a divulgação por *e-mail* e por um cartaz na praça solicitando candidatos e explicando o que era o conselho via um *blog* que temos na Internet. Se houvesse muitas pessoas faríamos uma eleição, mas só apareceram sete voluntários. Então, concluímos o conselho com as sete pessoas.

Escrevemos um texto identificando o conselho assim: “Por meio de processo democrático entre a comunidade frequentadora da Praça das Corujas foi criado um conselho gestor por aclamação com a participação voluntária de sete pessoas abaixo discriminadas. O conselho foi criado com o objetivo de consolidar um grupo de pessoas que tratará de assuntos comuns, representará os interesses da Praça e da comunidade junto ao setor público e deverá ser consultado sobre intervenções, eventos e atividades propostas. A chamada para a participação do conselho se deu por meio de e-mails, marketing para a comunidade e grupo do Facebook com aproximadamente 300 pessoas. A Praça das Corujas vem buscando uma maior participação da comunidade por meio de ações voluntárias em diversas atividades, dentre elas a ajuda de cesta básica para o zelador, que é o acolhimento do zelador da Praça e que na Praça das Corujas deu muito certo, tanto para o zelador em pessoa, quanto para o convívio e a

estrutura que a subprefeitura tinha para fornecer.” Então, a gente virou o fiscalizador daquele zelador propondo melhorias no trabalho dele. “Avaliação e conquista de melhorias em busca por parcerias entre a iniciativa pública e privada junto à comunidade.”

A reforma das pontes na Praça das Corujas vai começar amanhã, que será feita em cinco mãos: a subprefeitura; a Idea Zarvos doou uma parte do dinheiro; a Mata Brasil doou a madeira; a Montana Química doou o impermeabilizante e o nosso comitê – como estamos nos chamando agora - doou a articulação de tudo isso. Então, corremos atrás de todo mundo e deu certo. Vai começar a reforma amanhã e ficará linda, uma espécie de *deck*. Acho que vai ser a única na Cidade aquela ponte maravilhosa.

A minha felicidade pessoal foi ver um menino, um senhorzinho da subprefeitura que foi passar o impermeabilizante. Assim que concluiu umas duas tábuas - eu estava presente - olhou para mim e falou: “Dona Madalena, isso é para fazer móvel. Então vemos a alegria que a pessoa tem de ser reconhecida naquele trabalho.

Continuando, para a comunidade da Vila Beatriz, Vila Madalena, Alto de Pinheiros e arredores a Praça das Corujas representa um importante espaço de convivência e integração com a natureza. Então aqui está descrito o nome das pessoas e disponibilizamos três celulares para a Subprefeitura entrar em contato conosco assim que houver alguma demanda, e a gente negocia.

Fizemos também uma reunião para definição do que imaginamos para esse Conselho, na última segunda-feira, e esperamos disponibilizar um pequeno regimento interno para que a comunidade conheça o que é a proposta do Conselho. Um regimento sem muita burocracia porque não gosto de burocracia, mas entendemos que é importante para que todos os envolvidos entendam isso. Não temos esse regimento ainda, mas vamos fazer.

Sobre o papel do Conselho, atribuições, princípios, fiscalização do uso da praça, que vem atraindo um contingente cada vez maior de usuários em função da sua presença na mídia, então temos não só a Praça das Corujas, mas várias praças em que a mídia acaba

fazendo um papel de mostrar o que vem sendo feito, mas que por necessidade de praças na Cidade as pessoas acabam superlotando aquelas praças, então fica bem difícil. Parece que eu brigo com o outro que vai lá e não é isso. É uma falta mesmo que precisa ser planejada e programada pela Cidade toda.

Então também achamos que são importantes as placas educativas que não maioria das praças não tem. E vamos tentar fazer isso de uma forma artesanal por enquanto, cobrir uma agenda mínima de como os usuários devem se portar na praça, colher dejetos, dispor o lixo após piqueniques, enfim, lembrando que fogueira numa praça é crime ambiental. Fazer todas essas informações para que a comunidade aprenda a usar uma praça, e aí vou falar de pessoas bem informadas, por exemplo, eu estava falando com uma moça hoje que quer fazer eventos em praça e ela não sabia que o lixeiro não entra na praça para recolher lixo. Ela acha que o lixo que fica no meio da praça evapora, some. Então falta informação no geral de como é tratada uma praça pública.

(NÃO IDENTIFICADO) – Só complementando esse questionamento, está acontecendo o plano integrado de gestão de resíduos sólidos e há como ter um vínculo entre esse projeto de lei com esse plano para que se tenha, por exemplo, lixeiras nas praças para coleta seletiva.

A SRA. MADALENA - Essa soma integrada de todos, eu também estava na Conferência do Meio Ambiente de Resíduos Sólidos e temos de convergir para somar às praças nesse processo.

Então fizemos essa ata com os nossos próximos passos para tentarmos como Conselho Gestor experimental errar muito, para ajudarmos a embasar um pouco mais o que é esse Conselho. E também fazemos força para que seja respeitado 50%, no mínimo, da comunidade local. É importante fazer essa regrinha porque o rapaz do Por do Sol disse o seguinte: hoje temos uma necessidade dos produtores culturais encontrarem espaços legais, que acolham eventos e quando um evento é divulgado ninguém consegue controlar a

quantidade das pessoas que vão, às vezes, vão 300 pessoas, mas podem chegar ali 3 mil. Então esses produtores não invadirem esses comitês e o local acabar virando palco de conflito, como a Praça Por do Sol hoje já é. Esse é um cuidado que o projeto precisa contemplar.

Era isso que queria apresentar. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Madalena. A Praça dos Corujas é um de gestão que já vem de muito tempo a organização para chegar a isso.

Tem a palavra a Sra. Alexandra da Praça Nova Lapa.

A SRA. ALEXANDRA – Boa noite a todos. Quero fazer alguns comentários sobre o PL, que tem muito a ver com o que a Cyra. Primeiro, sobre o comitê conseguimos na praça a requalificação, ou seja, 150 mil reais para arrumar a Praça Nova Lapa.

Essa praça tinha um projeto que foi apresentado pela comunidade e foi respeitado. A empresa que vai refazer a praça vai fazer isso dentro de parâmetros. Esses parâmetros trazem brinquedos para o parquinho que facilitem a manutenção pela Prefeitura. Vai trazer equipamentos de exercício para a 3ª idade que vai facilitar a manutenção da Subprefeitura.

Também queríamos um campinho de futebol e conseguimos. A manutenção também é mais tranquila, mas queríamos fazer um parquinho com brinquedos alternativos reciclados, há uns coletivos que trabalham com isso, mas se tornou um pouco inviável porque fica fora do padrão da manutenção e a gente corre o risco de em um ano não ter mais parquinhos.

Então essa coisa do brinquedo da qualidade, acho interessante que no cadastro de praças onde se coloca a área, qual o comitê responsável, que esteja lá também o orçamento, a obra, o equipamento, quanto custa isso para a comunidade, porque eu não consegui mesmo tendo o projeto aprovado e será implantado, eu ainda não consegui um orçamento e a comunidade não sei se vai dar o valor que aquilo tem, porque talvez eles quisessem uma coisa diferente e talvez fosse muito inviável.

Então acho que a comunicação também tem de vir na base do orçamento. Vocês

fizeram calçadas lá no Movimento Boa Praça e não sabem quanto custa uma calçada. Então acho interessante a comunidade saber quanto custa uma calçada, um jogo de exercícios para a 3ª idade que custa 30 mil reais. Então 150 mil menos 30 mil quanto sobra para fazer o resto da praça. Acho isso importante.

Outra coisa que foi falada aqui sobre a formação dos comitês. Na nossa praça temos o grupo de moradores do entorno que deram o primeiro grito e eu nem moro do lado da praça, mas estou cuidando junto com eles porque me envolvi com essa causa. Agora, há outra praça perto da minha casa, na minha rua, descobri ontem, ela foi adotada por um morador que fez a festa de aniversário lá. Fez a festa e falou: adotamos a praça, vamos cuidar da praça. E eu não sabia, o vizinho da padaria não sabia, ninguém sabia. Aí sai perguntando e disseram que o William adotou, mas tem o pessoal da Nestlé que quer ajudar a arrumar a praça porque eles almoçam nessa praça todos os dias, mas a Nestlé não pode ajudar porque o William adotou a praça e o projeto dele é diferente do projeto de manutenção básica que a Nestlé faria.

Nesse caso acho que o comunicado deve ser feito na praça. Quando colocamos o anúncio do comitê pela internet, acho que as questões sociais da praça devem ser anunciadas na praça e no seu entorno. Marca-se um dia, uma hora e a comunidade interessada vai à praça e fica sabendo, porque assim não vamos ter três comitês concomitantes, cinco pessoas separadas falando do mesmo assunto. Se é um bem social para reunir pessoas tem de reunir a diversidade, porque há vizinhos eu não se entendem na questão do que será feito naquela praça. Tem gente que quer namorar na praça. Num banco põe encosto (Risos), e há gente aqui que não quer ser encosto para ninguém dormir na praça.

E no caso, também, da praça, o banco com encosto, eu não consigo... Eu não consigo, eu não sei se, na minha praça, na Nova Lapa, na nossa praça, vai haver um banco com encosto. Mesmo ela sendo fechada, ninguém vai dormir na praça, porque ela é fechada - talvez não durma. Mas é porque a manutenção, o equipamento que a Prefeitura tem são os bancos ondulados.

Então, tudo isso, reunindo tudo isso, acho que é isso.

Deu, não é?

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tá. Obrigado, Alexandra.

A SRA. ALEXANDRA – De nada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Então, vamos chamar agora o Sr. Antônio Marco, morador de Higienópolis.

- Áudio com má qualidade. Transcrição prejudicada.

O SR. ANTÔNIO MARCO - Obrigado. Meu nome é Antonio Marco.

Na verdade, tenho pergunta para Nabil, para Francisco e para Cyra.

Primeiro, queria fazer uma consideração aqui, um comentário, que há, mais ou menos, 12 pessoas aqui, ou 13. E isso eu acho bastante sério, porque é uma proposta legal e audiência...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANTÔNIO MARCO - Não, não. Não importa. Importa a presença, acho que o que importa mais é a presença, um monte de gente dando OK, curtir no Facebook também não quer dizer nada.

Então, queria saber de Nabil - já que ele está propondo isso - se isso representa um descaso da população com relação ao cuidado da Cidade ou se é um problema de comunicação mesmo, não é?

Acho que existem vários problemas de comunicação com relação às Administrações, em todas as esferas - municipal, estadual e federal. Queria saber qual que é a análise que você faz sobre isso.

Outra coisa, agora para Francisco: queria saber o que acarreta uma mudança do termo "Praça" para "Parque". Os recursos destinados à manutenção dos parques são maiores do que para manutenção das praças?

Aqui faço um parêntese: sou escritor e publicitário, estou lançando uma coleção de

livros e um guia para criança, sobre praças na cidade de São Paulo.

Não sei qual a diferença entre "Praça" e "Parque". Então, quis colocar que parque é uma praça grandona. Então, vai me ajudar quanto ao livro.

Outra coisa, para Cyra, por exemplo. Há essa questão que você levantou sobre a mediação de conflitos, não é. Queria saber como isso é feito. Vou dar um exemplo: na Praça Roosevelt, houve um grande conflito. Sou skatista também. A Praça Roosevelt sempre foi utilizada por esquiteiros, antes da reforma. Ela sempre foi utilizada como uma praça maravilhosa para andar de skate. Então, o pessoal achou que, depois da reforma, não ia ser mais uma praça para skatistas. Eles se enganaram. A Prefeitura também se enganou porque colocou lá um monte de placas: "Proibido *skate*"; "Proibido *bike*"; "Proibido patins"; "Proibido bicicletas". Só pode andar com triciclo de bebê ali - não há nenhum andando ali, só há esquiteiro e ciclista, como sempre foi, na verdade, não é? Então, também é outro problema de comunicação, sei lá qual.

Queria saber também quais são os recursos destinados à zeladoria da praça, como é feita a contratação desses profissionais, não é?

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado.

Vou passar aqui para o Sr. Sun Alex. Quem não conhece, ele tem uma tese que está publicada num livro, *Projeto da Praça: convívio e exclusão no espaço público*.

O SR. SUN ALEX - Bem, lá há algumas ideias que distingue "praças" e "parques", que, talvez, possam lhe ajudar. Desculpem-me fazer uma propaganda indireta (Risos), você tocou no assunto.

Bem, boa noite a todos. Primeira coisa, assim, muito obrigado por essa oportunidade de conversarmos sobre praças. É um dos meus assuntos de interesse de pesquisa e, então, uma oportunidade, de fato, para realmente ouvir experiências concretas, reais, de moradores em relação a essas praças. Parabéns.

Muito obrigado, Madalena; muito obrigado, pessoal do Movimento Boa Praça.

Esclarecendo, reiterando, não represento a Secretaria do Verde (Risos), que estamos em tempos difíceis de representação - não que não queira representar, é porque a coisa está difícil. (Risos).

Sou servidor público, trabalho na Secretaria do Verde. Eu sei, Ouvidores públicos estão em campanha salarial. (Risos) Que, ao mesmo tempo, há falta de técnicos, o salário não consegue repor técnicos que estão saindo - e fora uma falta de estímulo em geral, e já falei isso em outra audiência. Estamos rodando audiências nesta semana: ontem houve a do Arco do Tietê; na semana passada, houve a da APP (?). E é incrível estar aqui, poder falar francamente e tecnicamente, num espaço "político", entre aspas, mas com técnicos, supertécnico que é Nabil, que dá essa oportunidade para extravasar questões técnicas e jogá-las num plano um pouco mais amplo, político, no sentido de para todos, não politizar no sentido pequeno da coisa, mas "político" em geral, "político" do público. Então, posso começar a falar e vocês me segurem, por favor.

Acho que a praça é cidade. Praça, então, portanto, lá é tudo, é isso: é conflito - e tem-se de resolver o conflito; há essa questão orçamentária da praça e a mesma discussão que é o orçamento participativo da cidade. Então, está sendo muito bem refletida essa questão de entendimento de praça como cidade.

Destaco aqui essas duas questões: ao mesmo tempo, é local e é público. Então, vamos estar sempre gerando nessa situação de conflito, e resolver conflito como a cidade: arriscamos, erramos, acertamos, erramos, acertamos.

A Praça Roosevelt é um bom exemplo; Corujas é um ótimo exemplo. São todas praças que dão bons exemplos, porque mostram a diversidade da cidade, diversidade do lugar. Quanto essa soma, os esquemitistas podem ir lá e plantar alface também, entendeu? Então, essa liberdade de circular por espaços é o que importa nesta cidade, que é uma cidade acolhedora.

Acho que a Cidade é que tem de oferecer todas essas opções de acolher a todos e

esse é o grande desafio sabemos que é da Cidade, desses planos que querem trazer para discussão, para essa participação.

Só para atualizar um pouco a questão, que é inegável que vai haver esse avanço, outro avanço tecnológico de comunicação. Por exemplo, muitas praças vão ver internet. Isso vai mudar um pouco o sentido da praça. praça vai ser mais pública e, ao mesmo tempo, menos pública; vai haver gente nevar problema de casa para a praça. (Risos) Ela não vai querer barulho, porque ela vai querer fazer lição de casa, fazer o que..., entendeu? Celular já é um problema entre o privado e o público. Imaginem cada vez mais essa confusão. Então, precisa de certo regramento.

Já estou filosofando (Risos), porque a grande questão é essa: é público e privado. O espaço público, acho que coloco aqui é a questão do público, que essas coisas mudam, conforme o tempo. Então, a cidade do século passado, a deste começo de século e a daqui a 20 anos estão mudando a toda hora. Então, as regras têm de se adaptar e as praças têm de ser adaptadas e adaptáveis.

Aí, volto aqui: isso ficou até... Não é que ficou até um pouquinho... Eu levantei bastante essa questão do projeto. O projeto configura, ele ajuda o convívio e ajuda também a exclusão. Então, o desenho tem importância muito grande. Nós somos arquitetos, urbanistas e sabemos que as decisões de projeto acabam afetando o uso, gerando exclusão e gerando problema de manutenção e outros conflitos.

Então, como usar o projeto para promover o convívio? Isso vai depender de técnicos, técnicos bem preparados, técnicos que consultem a população, técnicos que mostrem desenhos adaptáveis, que conseguem lidar com eco e, ao mesmo tempo com, talvez, a temporalidade da coisa, sabendo que as praças têm de ser dinâmicas.

Nós usamos exemplos clássicos, que são praças clássicas no Sena. Elas são marcos, estão 400, 500 anos na mesma coisa. Só que a nossa sociedade não está preparada ainda para isso, ela está se construindo ainda para ter uma praça um pouco mais duradoura.

Então, há algumas situações que possam ajudar para serem um pouco mais duradouras.

Por exemplo, no vão do MASP é bastante duradoura, porque está 50 anos daquele jeito e permite namoro na ponta e permite protesto estravasando a Paulista. A Paulista é outra praça - que não era praça, mas virou praça. Também adoro falar que a Paulista é o único lugar mais alto da Cidade que acaba num buraco, não é? (Risos) Porque o rodoviário sobrepõe sobre a cidade. Então, estamos perdendo não só a praça, perdendo a Cidade como totalidade, como uma paisagem íntegra. Assim, acho que o projeto está mais ou menos equacionado, com profissionais equipados e tentando fazer.

Outro aspecto dessa praça é a obra. Não fazemos obra bem feita. (Risos). Não fazemos. Quando fazemos, não fazemos bem feita. Levamos 10 anos para fazer e não fazemos bem feita. Simplesmente não fazemos. Faz parte desse sofrimento cultural e pagamos o preço de quem vai fazer manutenção - não é? -, porque o brinquedo não dura mais do que dois anos. Dura até menos com uma população que se exalta e desconta as coisas. (Risos). Isso é feito em vandalismo. Estou fazendo um trabalho na zona Sul. É assim. Assim que a praça, o pedreiro dá uma última mão de lixa, vem o spray atrás... (ininteligível)... Imediatamente picham tudo, tudo: a mesa, a coluna. Isso faz parte desse momento, infelizmente, que aí volta a questão da Educação, tem de investir e tal. Mas acho que, independente disso, os empresários ganham bem, mas fazem um trabalho de má qualidade, porque o Estado não está exercendo bem o seu papel fiscalizador. Não há está Estado. Sem participação do Estado, não há construção de uma comunidade forte, entendeu? Não é que esse PL separa, tira da responsabilidade. Pelo contrário, eu interpreto esse PL como a chamada para a responsabilidade do Poder Público, porque não há... Se não está definida qual é a participação do Poder Público nas praças, na obra, num projeto de manejo, na manutenção ou gestão, que é mais rico de manutenção, não dá como definir a participação pública comunitária. Isso é, "pública" tem de ser claramente definida. Então, é isso que defendo: a necessidade de estabelecer regramento do Poder Público. Tem-se de esclarecer quando se passa a limpeza,

quando que se faz poda, quando se faz, quantas vezes faz. Todas as informações têm de ser disponibilizadas para, então, a comunidade entrar onde não está entrando, ou entrar junto em alguns aspectos. E essa continuidade do Poder Público passa a ser fundamental.

Eu trabalho no setor público e somos obrigados a ser, muitas vezes, um pouco tiranos, por causa de, fundamentalmente, de a quem reportar, sabe? Então, o cara tem não sei quantas pessoas na Sub Lapa, em que uma pessoa cuida de 40 praças. Ela não tem condições, a quem reportar as decisões, porque as pessoas, os superiores não são capazes de dar resposta, porque é um processo lento, é um processo que exige informações, coleta, reflexão e, realmente, consulta.

Acentuo que acho que não podemos esquecer o papel do Estado, porque estamos num momento de um Estado bastante desacreditado. Acho que, voltando, todas essas contribuições são incríveis. Eu aprendo, aprendi muito com o Movimento Boa Praça. Eu sou, me chamam e me colocam um consultor ancião (Risos) desse movimento superjovem (Risos) que me acolhe, mesmo com bancos sem encostos (Risos), que eu estou precisando, mas que acho que é isso, acho que tem de continuar debatendo para realmente fazer esse chamamento ao Poder Público, de se colocar como responsável.

Alguém falou da punição. Acho que é exatamente isso. Responsabilidade e punição, porque aí volta que a praça não é diferente da cidade, não é diferente do país, desse país que celebra a impunidade. Então, acho que tem de voltar a cobrar tudo isso, que isso é um pequeno movimento que começa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Sun. Muito boa sua fala.

O SR. SUN - Empolgado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Empolgado. Nós nos conhecermos acho que há 30 anos, não é? Ou mais.

O SR. SUN - Mais. Desde o ano 70 e pouco. Em que ano você saiu da FAU?

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – É que ele foi meu professor.

O SR. SUN - Aluno... (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Foi meu professor.

O SR. SUN - Um pouquinho só. Só um pouquinho, mas para tudo.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Professor de paisagismo.

É bom assim, quando nos encontramos com um professor, depois de tanto tempo.

O SR. SUN - Para com isso.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Queria fazer alguns comentários, antes de passar para Lúcia para ela também sistematizar.

Eu, sobre o que foi falado aqui e algumas questões relativas ao projeto, primeiro, respondendo à questão de pouca gente aqui presente. Quer dizer, acho que estamos num processo de discussão desse projeto. Esta aqui não é a primeira reunião, o primeiro debate. É uma primeira audiência pública formal da Câmara, mas esse projeto já foi objeto de uma discussão, em primeiro lugar, para a própria elaboração dele, houve uma discussão com alguns interlocutores, o próprio Movimento Boa Praça; tivemos um debate na Vila Madalena, em que havia muito mais gente do que aqui hoje, era um sábado à tarde, um horário bom para discutir sobre praça. À noite,...

Queria propor aqui e ver se todos concordam que fizéssemos a segunda audiência pública numa praça, escolhermos e definirmos uma praça, a se realizar durante um sábado à tarde ou um sábado de manhã, ou um domingo.

NÃO IDENTIFICADAS - Genial.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Porque acho que, certamente, vai mais gente e essa próxima audiência pública seria feita já com o projeto modificado, a partir das contribuições todas que foram apresentadas, as que foram e as que poderão ser ainda, num prazo que definirmos, que viermos a definir hoje para que, então, essas contribuições possam chegar e aí tentaremos sistematizar um novo texto que será divulgado para todos vocês e para

todos os que já participaram de discussões também.

Aí, então, faremos uma audiência pública já discutindo esse substitutivo. E, talvez, vou ver aqui a possibilidade de podermos criar um pequeno subgrupo que possa participar junto da revisão desse projeto.

Eu também considero muito importante a presença do Executivo, porque nós também não podemos... Temos de ter um projeto que já consiga sair daqui com concordância do Executivo. Quer dizer, não adianta também fazermos um projeto maravilhoso e, depois, ele ser vetado, ou ser vetado parcialmente, etc. E é comum, muitas vezes acontece isso.

Então, precisamos agora, entre esta audiência e a próxima, arredondar todos esses pontos para, quando o projeto vier a ser aprovado na Comissão de Política Urbana, ela já estar com todos esses aspectos considerados.

Bem, a outra coisa que eu queria falar, que acho que talvez responda um pouco. Há várias questões que foram levantadas aqui, principalmente as questões que a Cilinha levantou, que são muito importantes. Mas queria destacar uma questão que acho que é fundamental, porque ela pode ser orientadora de várias outras, que é estabelecermos com maior clareza e regulamentar quais são os tipos de praça que temos porque os tipos de praça também vão, de alguma maneira, orientar uma série de outras questões.

Então, uma questão é uma rotatória, um lugar que realmente é uma praça. As cinco mil precisam ser classificadas em categorias – vamos chamar assim. Precisamos definir a que categorias pertencem. Uma coisa é uma rotatória, de um sistema viário, que nem dá para ter usuário. Só vai ter usuário, realmente, se a situação estiver tão precária na Cidade e a pessoa não tiver lugar algum para ir. Mesmo assim é difícil.

Há praças com caráter mais local, onde a presença dos moradores do entorno é predominante, mas temos praças centrais; por exemplo, as que o Sr. Alex discute no livro: Praça Roosevelt, Praça Dom José Gaspar, Largo do Arouche; de uso muito amplo. Mesmo nos bairros temos isso, quer dizer, o Largo de Pinheiros é uma praça e se chama Largo, de caráter

geral, que é diferente de várias outras que são de bairros.

A SRA. _____ - Vereador Nabil, posso complementar apenas um detalhe nessa sua observação?

O SR. NABIL BONDUKI – Sim.

A SRA. _____ - Também na carta do nosso amigo da Praça do Pôr do Sol, ele fala da descentralização do espaço público. Acho essa visão interessante no sentido de que realmente essas praças – como você citou – têm uma centralidade que vai além da comunidade do entorno. A própria Praça do Pôr do Sol, por exemplo, é reconhecida como ponto turístico. A Praça das Corujas também está se tornando ponto turístico.

A ideia é que quanto mais pontos turísticos tivermos, porque as praças são da Cidade, mas quanto mais tivermos esses espaços na Cidade, menos gente haverá na Praça do Pôr do Sol, quer dizer, vamos conseguir ter uma dinâmica de Cidade mais saudável como um

O SR. NABIL BONDUKI – Certo, com certeza. Inclusive quanto melhor é a praça, mais ela traz gente e precisamos ter praças com qualidade em toda Cidade.

Mesmo assim, há praças que estão mais dentro do sentido clássico, como grandes centralidades, como a Praça da Sé. São praças com caráter central, que estão em lugares de acessibilidade por transporte coletivo, muitas vezes, as próprias estações de metrô estão debaixo de praças...

A SRA. _____ - Existem várias praças com potencial de serem centrais.

- Manifestações simultâneas.

O SR. NABIL BONDUKI – Quando falamos em classificação de praças, por exemplo, há equipamentos que abrangem um raio maior e outros que abrangem raios menores, por suas próprias características de equipamento. Isso significaria algo muito mais sofisticado do que vamos conseguir fazer num projeto desses, mas, certamente num Plano

Regional isso poderá ser trabalhado, porque há um planejamento de praças com essas diferentes características, inclusive, apontando para novas praças que devem surgir a partir da inexistência delas. Então, essa é uma questão importante.

A SRA. _____ - Posso fazer uma complementação?

O SR. NABIL BONDUKI – Sim.

A SRA. _____ - Acho que não podemos, de forma alguma, esquecer o caráter ambiental e a conectividade do meio ambiente. Vivemos constantemente numa situação em que – agora falo como fórum suprapartidário para uma São Paulo Saudável e Sustentável – não podemos perder a referência da importância desses espaços na qualidade ambiental da Cidade. E ela não é ambiental sozinha e isolada. Ela é socioambiental. Então, preciso criar outras centralidades na Cidade. Temos dificuldade de desvincular algumas centralidades como a sobrecarga do Parque do Ibirapuera, porque tem 122 linhas de ônibus que passam por lá, tem um conjunto de equipamentos culturais que não existem em outros locais e a há a questão do *status* mesmo de ir ao Ibirapuera.

A Praça Pôr do Sol, por mais que existam várias praças pôr-do-sol têm um *status* na mentalidade da população. Isso é a construção social dos espaços públicos. Isso, por mais que haja outros, a gente não consegue... Mas fazer uma classificação de praças sem considerar a questão ambiental como um componente, a gente corre o risco de não avançar na questão da sustentabilidade da Cidade.

É só um acréscimo.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Claro. Bem, esse é um aspecto fundamental. Inclusive, dependendo das características de classificação da praça, fica mais claro se ela deve ter esse ou aquele equipamento. Por exemplo, se falou de banheiro, de se fazer ou não eventos... Então, são questões importantes.

Eu teria outras considerações a fazer, mas passarei agora a palavra ao Edson.

O SR. EDSON – É bom ser o último a falar porque já abordaram vários temas.

Mas vou na linha da Cyra: eu estou gestor público, mas sou homem de *marketing*. Por isso, estou na Subprefeitura do Butantã tratando dos contratos de parcerias e dos termos de cooperação. Farei um contraponto com a Cecília.

Antes de receber, pela Lúcia, o seu projeto sobre gestão participativa – acho isso muito importante, pois sentimos, lá na ponta, a importância de a sociedade nos ajudar na manutenção e na finalidade dos equipamentos. As pessoas fazem intervenções, apresentam emendas parlamentares, sem a consulta à população. Isso é fundamental. Vocês já abordaram o assunto, entendem muito mais do que eu.

O Chiquinho sabe o que é a dificuldade hoje na aprovação de um termo de cooperação. É importante que esse PL converse com esse TC, com esse decreto que já existe. Porque ele não vai amarrar, ele vai dar um complicômetro que tornará impossível aprovar um termo de cooperação.

Antes de receber o projeto de lei, fiz um trabalho, quando cheguei na Subprefeitura do Butantã, do que estava lá, rodando. Chegamos à conclusão de que a média dá 280 dias, 8 meses e meio, do dia em que recebo um possível cooperante, em que entrego para ele a documentação, ao dia em que falo para ele: “Foi publicado no *Diário Oficial*, pode colocar a placa e começar a fazer a manutenção”.

Nossa gestão assumiu em janeiro. Quando chegamos lá, havia 80 áreas – que não são praças, mas áreas, biquinhos, rotatórias – que o decreto precisa consertar, porque o pessoal pega um biquinho, coloca placa e faz propaganda. Nós mudamos esse conceito. “Você quer um filé mignon? Então, você vai pegar um osso, a Praça Vinícius, porque você está colocando a placa aqui na Av. Morumbi, mas você vai pegar um lugar escondido também”. Esse é um trabalho que mostra a importância da iniciativa privada ajudando o Poder Público. Eu já estava procurando um Vereador que pudesse fazer alterações nesse decreto, porque não dá para conviver com isso. Temos empresas hoje voltadas para o *marketing* ambiental, como a Farah Service, como a WFE, que nos procuram mas que falam de suas dificuldades, pois

entram com processo comigo em dezembro e só vão receber em novembro do outro ano.

O Butantã tem 1 milhão, 462 mil metros quadrados de áreas verdes. Eu privilegiei o ABC, fui para trás das praças. São 243 que podemos chamar de praças, para as quais nós tínhamos 80 áreas e já estamos perto de 160. Nós temos de mudar esse decreto e fazer com que ele converse com o PL porque, como está, ele amarra mais ainda. Vai criar um conselho gestor, não vai para o CADES, como é que fica a CPPU, onde trabalha o Chiquinho?

O gerente que cuida desses contratos poderia fazer essa conciliação. Mas, ao ler o PL, não fica claro que ele tenha a última palavra, se é o Conselho Gestor que vai mudar, se é o CADES, se é o cooperante. Eu preciso conversar com o cooperante, pelo menos enquanto continuarmos dependendo muito da iniciativa privada. Infelizmente, dependemos. Vejam a situação do Butantã: estamos conseguindo chegar em 900 mil metros através da iniciativa privada. Mas temos mais 600 mil para cuidar.

E praça não necessariamente é o melhor lugar para a empresa colocar a placa. Empresa quer colocar no cruzamento da Morumbi com a Giovanni, em que passam não sei quantos mil carros por dia, mas não quer cuidar da Praça Vinícius, em que o cooperante gasta 30 mil reais por mês e que está todo dia, a partir das 4 horas da manhã, fazendo a limpeza.

Mas é fundamental minha vinda aqui para pedir que os Srs. Vereadores aproveitem a oportunidade para alterar o decreto. A oportunidade é esta. 99% dos termos de cooperação são de manutenção do que a Prefeitura já faz. Porque, eu, como gestor público, tenho de entregar ao cooperante a praça limpa. A partir daí, ele faz a manutenção.

Então, a gente cria toda uma problemática para aprovar um projeto de alteração urbanística, contra 99% de coisas que temos de resolver. Se fosse numa empresa, eu resolveria isso em uma semana. Eu analisaria, mostraria para um urbanista, para um agrônomo: “Tenho uma empresa que quer fazer a manutenção” e está entregue. Mas temos de respeitar os procedimentos. Mas 99% dos casos são áreas com menos de 5 mil metros quadrados, que poderiam ficar para a Subprefeitura resolver, junto, evidentemente, com a

comunidade do entorno.

Porque foi o que o Alex falou: a gente tem um monte de quadra, faz a quadra, põe o alambrado e quem fará a manutenção depois? Nós tivemos a oportunidade de colocar o primeiro equipamento de terceira idade no Butantã, na Praça Elis Regina. Nós temos 35 praças com equipamentos para a terceira idade, para a melhor idade. Como faz a manutenção? Caiu uma borracha? Não tem verba. Não está previsto. Quer dizer: veio a emenda para colocar o equipamento e como se faz a manutenção?

Então, temos de pensar nisso.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Essa discussão é importante.

Essa questão, independentemente dos termos, deve ser tratada nesse projeto. Inclusive, acredito que tenhamos de eliminar – não sei o que o Chiquinho acha – a passagem desse tipo de coisa pela CPPU. Não tem cabimento. Temos 5 mil praças pela Cidade. Imaginem se todas elas fossem fazer termo de cooperação precisassem passar pela CPPU.

Mas o que podemos propor é uma regulamentação de como deve ser esse processo. A Cyra me informou aqui que esses termos são assinados pelo Prefeito, são autorizados pelo Prefeito. Acho que deveríamos descentralizar e passarmos a responsabilidade de autorização para o subprefeito, ouvido o Comitê Gestor, ou alguma coisa desse tipo. E o próprio Comitê Gestor poderia discutir essas questões de localização da placa, etc.

O SR. CHIQUINHO – Eu gostaria... Desculpe, Cecilia. Sou representante da Boa Praça. Eu gostaria de tentar esclarecer algumas coisas aqui que foram levantadas. Inicialmente, respondendo ao questionamento de nosso companheiro de Higienópolis, a respeito da diferença de parque e praça. Não me estenderei, pois nem dá para falar depois do Sr. Alex, porém, vamos dizer que parque, na cidade de São Paulo, tem uma placa 'parque' e, em geral, eles são cercados, por uma questão da nossa sociedade. Se você vai em Roma, o parque central, por exemplo, não é cercado. No entanto, de manhã cedo, passa todo o pessoal

de limpeza retirando preservativos, seringas etc., tudo muito rápido, é o Vila Borghese.

Em São Paulo, temos a nossa situação. É assim: precisa ver o que nós queremos do Poder Público; o que desejamos para nós, em relação a parques e praças.

Com relação às finanças públicas, a Secretaria do Verde tem, tanto para manter seus parques, como para investir em parques novos, dotações orçamentárias de acordo com o programa orçamentário feito todo ano. Assim também todas as Subprefeituras. Então todos têm suas dotações orçamentárias conforme o programa feito de um ano para o outro.

Sobre a questão da Cecília: banheiros em praças. Ora, fico arrepiado quando alguém menciona banheiro em praça. Penso em alguns países, e penso nos mais civilizados da América Norte e Europa, esse serviço não é oferecido em qualquer lugar. E nem aqui pode ser por causa dos problemas que todos nós conhecemos, e são muitos. Basta você andar pela Cidade e ver a situação do nosso povo.

O banheiro público que existia no vale do Anhangabaú foi fechado. O Poder Público não consegue fazer frente a isso. A administração de um simples banheiro – e não é um banheirinho, pois tem de ter o feminino, o masculino e o para deficiente físico – e, sim, um complexo. Se você perguntar às pessoas, faça uma enquete e verá que, provavelmente, a maioria da área envoltória não vai querer. Afinal, também sabem e conhecem esses problemas.

Acho, sim, que São Paulo tem de ter – na minha opinião – um plano, um projeto de banheiros públicos que, talvez, possa passar pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, pois tem competência para essas coisas. Então tem de ter um estudo, pois não é em qualquer área, afinal estamos falando de uma cidade com dimensões de mega cidade. São Paulo é uma das maiores do mundo.

E até lincando com a questão da pouca participação que, na verdade, vejam, estamos numa cidade onde as praças não são só as de Pinheiros e do Alto da Lapa, mas temos praças em todos os locais, ou seja, do extremo leste, do extremo sul. E as pessoas não

poderiam vir aqui tão facilmente.

Aliás, até proponho de se fazer uma manifestação no sentido de se debater o projeto na praça mais longínqua, no extremo leste, no extremo sul, quem sabe. Vamos ver o que nossos amigos de lá podem pensar também.

Outra questão, gostaria de dizer especialmente à Cecília, voltando um pouco aos banheiros, é um ponto fundamental, ou seja, não podemos estar recebendo – e recebemos a todo momento – projeto de um Vereador e de outro, propondo as mesmas coisas. É uma dificuldade, perdemos até tempo, e me desculpem por isso, mas só de esclarecer esses pontos negativos e ainda das impossibilidades de se fazer isso a toque de caixa. E fazer isso muito menos nas praças, que não são os depositórios dos banheiros públicos da cidade de São Paulo. Precisa ter estudo sobre isso.

Não sei se falta algo? (Pausa) Ah, sim, e também acho importantíssimo: tudo que um cidadão precisa dentro da área administrativa de uma Subprefeitura tem – e deve – ser resolvido na Subprefeitura.

Qualquer problema de praça, ou de calçada, ou de sarjetão, ou seja lá o que for, tem de ser resolvido na Subprefeitura. O Subprefeito e a assessoria dele está lá para isso, entendem? Não tem outra opção, quer dizer, esse é o caminho certo. Devemos ir ao Subprefeito, à Subprefeitura, com o objetivo de resolvermos nossas questões. Não tem mais, assim, não dá para você adotar uma praça sem falar na Subprefeitura, com o Subprefeito e seus assessores técnicos etc.

É muito importante que se entenda isso, deixando claro que a ideia da Subprefeitura é a ideia da descentralização. E o Secretário Chico Macena quer, aliás, adiantar esse processo, é essa mesma: de descentralizar. Assim, as Subprefeituras terão capacitação técnica, terão quadros técnicos, justamente para resolver os problemas nessas áreas.

Temos, agora, 32 Subprefeituras. A trigésima segunda está sendo implantada: é a de Sapopemba. A ideia é essa: que as pessoas possam ir a esses lugares.

E, com relação às praças serem adotadas por empresas, essa questão passa pela Comissão de Preservação da Paisagem Urbana – CPPU. Vejam: a política de marketing na Cidade é extremamente agressiva. Também entendo e acho que é um desgaste o Prefeito da cidade de São Paulo assinar um termo de cooperação de uso de praça. Isso tem de ser feito na Subprefeitura, pelo Subprefeito. É por isso que estamos querendo modificar o decreto que adequa a Lei Cidade Limpa.

A Lei Cidade Limpa é uma lei aclamada pela população da cidade de São Paulo. É uma lei que deu certo. Todo mundo gosta, mas ela precisa ser fiscalizada e cumprida. Por isso que, até hoje, todas as propostas de termos de compromisso para manutenção de praças passam pela subcomissão da CPPU. Afinal temos de filtrar todos os arroubos, todos os absurdos de empresas que desejam cuidar da manutenção, mas a troca de grandes publicidades etc. e tal.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Só uma observação, antes de mudar de assunto. Evidentemente, tem de se definir um padrão básico que não precisaria passar pela CPPU e, se fugisse desse padrão, passaria. Assim agilizaria.

O SR. CHIQUINHO - Com certeza, Nabil. Por isso eu disse que até então, ou seja, de outras gestões para cá, havia essa necessidade.

O que nós pretendemos é justamente isso. Primeiro que o termo de compromisso seja assinado pelo próprio Subprefeito e que a proposta seja vista, obviamente, pela assessoria técnica do Subprefeito, claro, com certeza. Mas, até o momento, mudar um decreto não é tão simples assim. Sempre demora um pouco.

Mas essa é a intenção lá em SMPU, para que se encurte esse caminho todo que até o momento tem de ser percorrido. É bem isso.

E quando uma empresa adota uma praça não é que a Prefeitura larga uma praça. De jeito nenhum, de maneira alguma. Os técnicos da Prefeitura estão sempre atuantes e vendo o que está sendo feito. Só que a empresa tem de fazer a manutenção da praça. Ela não pode

ficar plantando árvores ou que quer que seja sem autorização dos quadros técnicos. Também isso precisa ter uma capacitação técnica. Ela pode contratar jardineiros, uma empresa de jardinagem, mas para cuidar da praça e não para mexer na arquitetura paisagística da praça sem uma anuência dos quadros técnicos da Subprefeitura.

Vejam: se não for assim, poderia ter um monte de desatinos na Cidade, pois uma praça não é só árvores, nem só canteiros, ela tem de ter os espaços gramados, receber insolação e coisas assim.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Senhores, já são nove e meia tem ainda três pessoas: a Cilinha, a Madalena e... o senhor ali atrás.

Agora, vou controlar o tempo, pois são três minutos.

A SRA. MARIA LÚCIA – Quero trazer uma opinião da sociedade civil: precisamos mudar a lógica do olhar que temos da Cidade. Conversei com uma pessoa da Farah Service, que é uma empresa que faz reformas em praças e faz essa ligação entre a empresa e a Prefeitura para executar a obra e ele me disse que estão com dificuldade de conseguir financiador porque não temos ocupação do espaço público. Porque não tem ninguém que quer colocar plaquinha porque ninguém vai ver. Daí nessa conversa falei de exemplos que estão acontecendo, que há empresas doando dinheiro não para obra, mas para a comunidade pensar sobre a obra. É outra forma de se fazer um convênio que você pode estabelecer. Talvez esse sistema esteja um pouco ultrapassado porque estamos num processo de transformação.

Assim como se coloca a questão dos banheiros. Por que não o banheiro? Por que a sociedade é porca? Será que é isso mesmo? Ou será que não temos de inverter essa lógica também? Na hora que levamos para o cidadão e damos autonomia para que ele tome decisões ele se torna participante do processo e começa a cuidar do que é dele. Temos uma oportunidade de transformar essa lógica.

A SRA. MADALENA – Nós fizemos no CADES de Pinheiros, na gestão passada,

um trabalho sobre as praças de Pinheiros. Quando fomos perguntar para as empresas porque não o termo de cooperação, nós tivemos a seguinte resposta: “a falta de visibilidade é uma o termo não é o principal”. O que é principal, que é algo que pode ser pensado nesse termo, é quando a empresa precisa da praça como um todo. Por exemplo, a Praça das Corujas, que tem 24 mil metros quadrados e que para fazer a sua manutenção completa com capinagem fica extremamente caro, mesmo com a mídia atuando. No entanto, teríamos parceiros que fariam a limpeza diária, que para nós da comunidade é o mais importante.

Então, que fosse revisto essa possibilidade de desmembrar e, por exemplo, a capinagem ficar com a Prefeitura, que é uma equipe que fica a semana inteira, a manutenção, que é um jardineiro que vai lá e limpa e tira a sujeira do parquinho, isso é mais barato para empresa fazer esse serviço e teríamos mais praças adotadas, maiores do que as cinco mil, ou um canteirinho na esquina.

Com relação ao banheiro, fui a Manaus há uns quatro anos e precisei levar meu filho em um banheiro público, normalmente, eu entraria num bar. Tinha no meio da praça um banheiro e, quando eu cheguei, o moço me perguntou se ia ser xixi ou cocô, daí eu respondi que o meu filho ia fazer cocô. Se fosse xixi, era cinquenta centavos e para cocô ele deu papel higiênico e cobrou um real. Era um banheiro numa praça pública dentro de Manaus. Fiquei surpresa, era um banheiro limpíssimo, paguei com muito orgulho e tive o meu filho bem atendido. Acho que são conceitos que podemos trazer para a Cidade de forma experimental.

A SRA. CIRA – O termo de cooperação é um ajuste entre as partes: pode ser limpeza, pode ser capinagem, ajardinamento, pode ser um *pool* de empresas, pode ser tudo, é um termo de cooperação. O ajuste tem de ser definido. Não existe um regramento dizendo que é só assim. O que existe é que quem procura propõe alguma coisa e a Prefeitura aceita ou não se é tecnicamente viável. Essa situação de uma coisa só não existe.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Sr. Raimundo.

O SR. RAIMUNDO – Meu nome é Raimundo. Francisco, concordo em termos com

as suas colocações e principalmente com essa de levar essa discussão um pouco mais para outras regiões da Cidade porque aqui me parece que ficou muito zona Oeste. Morei 32 anos em São Miguel Paulista, estou há 12 anos na zona Oeste.

Em relação à questão dos banheiros isso não é uma questão de desenvolvimento urbano, é questão de saúde pública e há estudos sobre isso. Então, há a necessidade em São Paulo de banheiros públicos.

A SRA. LÚCIA – Estou um pouco ansiosa para falar porque participei de vários debates e, além de ser assessora do Nabil, sou engenheira agrônoma, trabalhei em unidades de áreas verdes e vejo os colegas fazerem questionamentos. Primeiramente, acho ótimo o que está acontecendo e agradeço a todos vocês e digo que esse não foi o primeiro debate e nem será o último. Quando fizemos o debate na casa da cidade, procurei várias subprefeituras pedindo para que me indicassem exemplos de gestão, de qualquer coisa que tivesse a ver com comunidade de praças e muito pouca gente me indicou.

Então, chamamos um pessoal de Pirituba, mas não tivemos acesso a outras questões, mas gostaríamos imensamente de trazer porque as praças acontecem na Cidade inteira e daí essa situação que temos aqui é de excelência, de participação e espero que caminhemos para isso no futuro, mas trabalhei na Capela do Socorro, em M'Boi Mirim, Parelheiros e para criar conselhos de parque é difícil, as pessoas não se habilitam porque têm medo de outras forças.

É um processo e esse projeto de lei não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas abre caminhos para que nos aprimoremos. A lei tem de servir para dar conta da realidade. Há coisas que hoje não conseguimos atender, mas com esse substitutivo vamos poder atender, mas depois teremos de fazer mais coisas e vamos fazer.

A questão do conceito é fundamental, temos de colocar e peço ajuda a todos, especialmente, para o Sun(?) que está do meu lado para ajudar a gente a compor esse conceito. Algumas coisas têm de entrar, por exemplo, a questão do convívio, de um espaço de

encontro, isso é conceitual, também a questão de ser acessível, e isso é conceitual e, passando pelo o que a Cira falou, de ter parâmetros.

Praça faz parte do sistema de áreas verdes, certo, e temos de aprimorar no Plano Diretor esse sistema de áreas verdes. Temos de ter hierarquia de parque e isso não está lá, uma diferenciação de praças que minimamente a gente tem de endereçar, digo minimamente porque não vamos dar conta de tudo, mas no limite, se a gente tem um conflito, tem de prevalecer a questão do acesso, do convívio e a questão da área verde também. Se eu tiver de cortar todas as árvores de uma praça em função da segurança, eu acho que essa é uma discussão que não pode ser por aí, não é assim que vamos resolver o problema de segurança. Então, talvez conceitualmente possamos colocar isso também.

Alguns falaram de espaço e convívio e tem um conceito interessante que é o de cidade educadora. Todos os espaços da cidade têm essa função educadora, então, há a educação ambiental, educação para a cidadania e a educação para o convívio.

Acho que é importante colocar no PL essas funções do poder público porque a gente que é técnico, Chiquinho e Cira, a gente sabe quais são, ambiental e a educação para a cidadania, para o convívio. É importante colocarmos, no PL, as funções do Poder Público, porque nós, que somos técnicos, eu e os Srs. Chiquinho e Ciro, sabemos quais são, mas a população não. Então, não custa nada. Nós não estamos inventando nada. Se pegarmos a lei da criação das subprefeituras, há uma descrição do que é isso. O papel de mediação das subprefeituras é importante. Temos que mediar, melhorar a questão de relação com o conselho participativo, não burocratizando demais ou de haver um espaço a mais para o convívio, para a conversa, para a medição dos espaços, desde que não seja engessado demais. Estamos aqui diante de uma dificuldade: a praça e o espaço à diversidade. As praças são diversas. Há muitos tipos de praças. Por outro lado, nós temos que criar parâmetros para aquilo que é diverso. Então, temos que tomar muito cuidado para não criarmos parâmetros demais. Acho que é importante a consulta ficar disponível, de outras formas, não só pela internet.

Quanto aos usos econômicos, só a Sra. Cecília falou no início. Ninguém trouxe essa questão aqui. Temos uma regulamentação própria para isso; ela está mudando e tem que mudar mesmo. Há a questão de quem come nas ruas.

Se o dinheiro tem que vir para a praça, concordo em gênero, número e grau; mas a questão é como se fazer isso; porque tudo que envolve dinheiro, dentro da Prefeitura, é complicado. Isso não significa que não devemos avançar na questão dos banheiros, por exemplo. Temos que buscar sim os instrumentos. É um processo. Então, tem que haver a interface dessas leis, tanto a lei dos TPUs como a questão dos termos de cooperação. Em nenhum momento, pretendemos que esse PL desse conta dos termos de cooperação; mas não queremos criar mais uma burocracia.

Colocamos o nome de comitê de usuários, porque não é um conselho gestor; é mais fluído. Temos que ter isso de forma mais livre, voluntária e não obrigatória, com votações em seções eleitorais.

Os senhores tiveram uma experiência. É importante estudarmos e olharmos para ela e vermos outras. Então, tem que haver a interface dessas leis e uma oitiva. Não dá para haver termos de cooperação sem conversarmos com o comitê de usuários.

Disse que, na Praça Vinicius de Moraes, corre o PIB brasileiro. Nem assim querem colocar plaquinha lá. O que dirá numa pracinha no Jardim São Jorge ou em Parelheiros? Se estão colocando, no canteiro central da Cidade Jardim, OK. Então, ajudem também com as praças na periferia, onde ninguém quer colocar nada. Temos que mudar muito, e talvez não seja nesse PL.

Com relação a parâmetros, devemos avançar um pouco na categorização dessas praças, mas eu não tenho a menor esperança que possamos dar conta aí. Podemos ter alguma coisa remetendo para uma melhoria. Não vamos conseguir, nesse PL, fazer uma categorização exaustiva, dizendo onde pode haver evento ou não. No texto, podemos jogar isso para os planos diretores e planos de bairros, fazendo *links* com o sistema de áreas verdes.

Aí conseguimos.

O cadastro é importante, porque é só o começo de um processo. Foi falado sobre o vínculo com o Programa de Gerenciamento. Isso está apensado. Estivemos na conferência. Já colocamos a possibilidade de isso acontecer, em função de demandas que vieram. A questão da mediação é fundamental. Eu também sou funcionária, como os Srs. Ciro e Chiquinho. Se não houver pessoas, não há mediação. Tive um professor que falava que fazemos gestão ambiental no varejo e não no atacado. Cada caso é um caso. Para haver mediação, pessoas precisam conversar. Se há um único engenheiro agrônomo numa subprefeitura e ele tem de dar conta de todos os contratos, fazer as vistorias, autorizar corta e poda de árvores – que é uma atribuição precípua do Poder Público e não se delega para o permissionário do termo de cooperação, não se delega para ninguém. Então, é claro que essa pessoa não vai ter a disponibilidade de conversar com todo mundo. Precisamos ter quadro e criar estrutura para isso.

É importante falar que existem termos de compensação ambiental geridos pela Secretaria do Verde e que, às vezes, mandam dinheiro para arrumar praças, mas nem sempre as Subprefeituras são comunicadas disso. Então, isso deveria ter um cadastro público. É mais fácil a gente criar um cadastro público do que fazer a Secretaria do Verde comunicar.

Uma pessoa do Butantã disse que estava feliz porque essa praça enorme, a João Batista Tramontano, está sendo revitalizada. Eu falei com o agrônomo da Subprefeitura e ele disse que não eram eles que estavam fazendo, mas a Secretaria do Verde e que haviam previsto o dinheiro no orçamento para essa praça. O dinheiro é carimbado porque veio de uma emenda e não podemos usar o dinheiro porque a Secretaria está usando. De novo é a questão da informação nos próprios órgãos públicos.

Quando o dinheiro é de TCA, Fema, para praça tem de publicizar também.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. _____ - Lógico. Mas não pode colocar em um PL essas questões internas de gestão. Não sei até que ponto a gente pode falar isso.

Agradeço a todos e daqui para frente podemos fazer um grupo de trabalho pequeno e diverso. Acho bem legal fazer em uma praça, mas devemos fazer um esforço no cadastro para conseguir trazer pessoas de outras experiências como de periferia e outras dificuldades para que o projeto dê minimamente conta da Cidade inteira. Eu não consegui acessar essas experiências.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Devemos fazer um projeto que seja o melhor possível porque senão fazemos algo que acaba de ser aplicado e já está insuficiente e não dá conta da realidade e da amplitude.

Fico preocupado com a questão do Raimundo – só das praças da zona Oeste. O problema é anterior a esse. É que a zona Oeste deve concentrar mais de 50% da área de praças da Cidade. Isso tem a ver com a desigualdade que temos na Cidade. Essa é uma questão fundamental. O que está se refletindo aqui é parte desse problema.

A nossa Cidade está com uma população cada vez mais exigente. Então não é porque não tem praça ou tem poucas praças bem estruturadas em boa parte das subprefeituras da Cidade, e áreas que eram para serem praças e foram ocupadas por comunidades e não houve controle do Poder Público. Não é por isso que as pessoas nesses bairros não estão cada vez mais exigentes e também requerendo e precisando de praça. Nós temos regularização - não vou levantar aqui uma velha e superada questão do conflito de habitação e meio ambiente. Mas, ela existe, porque às vezes na perspectiva de dizer que essa questão – como eu falei outro dia na reunião das APPs – não é o conflito, o meio ambiente indo contra a habitação. Mas, veja bem, o problema é que as áreas que deveriam ser praças, em boa parte da Cidade, acabaram sendo uma válvula de escape para a falta de política habitacional.

Então, no momento em que se trabalha com a perspectiva de urbanizar e regularizar esses assentamentos – política consolidada de habitação – deveria se trabalhar com a ideia de que esse processo de regularização e urbanização de assentamentos precários tivesse uma contrapartida para que se viabilizassem áreas verdes nas regiões que acabaram sendo ocupadas por comunidades.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Isso pode ser outro PL, claro. Isso tem a ver com a questão de regularização, porque na hora em que se regulariza e se consolida essa situação e mesmo que seja com concessão real de uso – é uma transferência de patrimônio público por propriedade individual, privada, que muitas vezes, começa a escapar da mão da população de baixa renda, porque o processo de mercado informal que existe na Cidade faz com que essas áreas de para baixa renda, depois de alguns anos, acabem caindo num mercado imobiliário informal que existe na Cidade -, o que acaba acontecendo é que você está suprimindo área pública exatamente das regiões mais precárias da Cidade, mais excluídas.

Então, essa é uma questão importante, mas não é o caso de trazer para esse projeto. Esse projeto suscita isso, porque senão vamos falar realmente dos bairros mais estruturados da Cidade e uma ou outra praça que sobrou. A gente conhece algumas praças nos bairros mais periféricos, mas são muito mais reduzidos. O cadastro vai mostrar isso mais claramente. E num planejamento nos planos regionais a identificação das áreas que poderiam servir para isso é importante.

Nesse sentido, é a mesma questão do TPU, que a Cilinha levantou aqui, dos lugares que tem algum tipo de equipamento de uso ou que tenha renda comercial. Estou falando de equipamento, porque entendo assim: se vai ter uma feira orgânica ou se vai ter uma banca de jornal ou se vai ter um pequeno bar ou lanchonete numa praça, só deveria ser admitido se isso fosse um serviço para quem usa ou vai usar aquele lugar, quer dizer, nesse sentido. Mas, se ele gerar uma renda, claro que os lugares de renda mais alta vão gerar mais

renda do que os de renda mais baixa e que se o recurso assim obtido for direcionado só para aquela praça, nós vamos novamente reproduzir a desigualdade.

A SRA. _____ - Só que nessa ideia ainda tem uma ideia que vem por trás dela, que é se essa praça por acaso não precisar desse recurso, então as praças do entorno, você vai criando uma dinâmica de repasse de verba para outras que não têm tanta possibilidade de atividade.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Talvez se a gente pudesse pensar alguma coisa que fosse uma espécie de fundo que gerasse uma redistribuição. Não sei também se esse recurso é tão significativo assim, que valha a pena essa burocracia toda de centralizar, etc. Mas, de qualquer maneira, esse princípio de redistribuição é um princípio interessante nesse tema.

Tem outro assunto, mas não vou me estender. Queria falar mais sobre os encaminhamentos, porque já são 10h01. Então, já está claro o seguinte: primeiro, constituímos – não sei se precisamos fechar hoje aqui, mas na sequência – um grupo de trabalho com os setores, seja do Poder Público, seja da sociedade civil e da Câmara para podermos, nesse curto trabalho, reunir as contribuições e fechar um PL.

Acredito que uma maneira de publicizar isso antes e publicizar também audiência pública é, antes de se fazer audiência pública, fechando-se um texto de substitutivo, nós publicarmos esse texto, fazer um pequeno *folder*, além de publicar na internet para mandarmos para as pessoas que têm interesse no assunto; para todas as subprefeituras; para as entidades e associações de bairros de todas as regiões.

Dessa forma poderemos fazer uma audiência pública com amplo conhecimento do novo substitutivo e ao mesmo tempo trazermos mais pessoas. E, assim, como poderemos fazer isso num melhor espaço e horário possíveis para que haja ampla participação das pessoas e consolidemos esse processo.

Então, faria esses encaminhamentos e deixo a cargo da Lúcia, a quem eu agradeço

muito pelo trabalho de organizar esse grupo de trabalho. Quero inferir também os meus agradecimentos a minha assessoria de gabinete; à Aline, nossa assessora jurídica, que será encarregada de elaborar o texto final; e à Dani.

Agradeço muito a presença de todos da Mesa: o Chiquinho, a Cyra, o Edson, o Sun Alex, a Cilinha e todos os que participaram da reunião. Estamos à disposição para continuar esse debate. Eu acho que entra mais contribuições e também difundir para suas coletividades, porque queremos fazer um projeto que realmente seja o melhor possível e que dê conta da maior quantidade de questões.

O SR. _____ - Vereador, só queria reiterar que acho fantástica essa reunião. Está muito clara essa compreensão de que a praça é a Cidade, que tem que ter todos os programas da Cidade. Eu acho que também a gente tem que reconhecer a dimensão que os problemas da Cidade não podem ser resolvidos na praça. (Risos)

A praça tem que reconhecer suas limitações e suas potencialidades. Enfatizo que existe esse processo participativo, é fundamental, mas esse processo tem que refletir na praça e na hora que reflete, a praça passa a ser um produto. E como produto, ela tem que ser muito racionalmente, sistematicamente avaliada, de tempo em tempo, com critérios muito claros.

Antes de vir para cá, comecei a trabalhar nesse assunto e pensei: o que pode ser? É esse recreamento mesmo. Os brinquedos têm que ser avaliados a cada dois meses e têm que ser trocados a cada ano. Cada aparelho de ginástica tem que ter dez borrachas, porque são os velhinhos que usam e as crianças vandalizam. Então, para se ter isso na praça, a Cidade tem que estar preparada, como Poder Público.

É esse chamamento que eu acho que esse PL tem que exigir. Os critérios que esses produtos são avaliados, testados pelo Inmetro, por alguma entidade de fato que devolve à população. Aí a população fiscalizaria em cima disso, em cima desse compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado.

Antes de encerrar, informo que esta audiência pública foi transmitida pelo portal da Câmara Municipal, no endereço www.camara.sp.gov.br, links Auditórios On-Line. Embora tenha uma presença pequena, esta audiência pública vem sendo divulgada desde o dia 4 de setembro, diariamente, no *Diário Oficial da Cidade* e anunciada nos jornais *Diário de S.Paulo*, no dia 9 de setembro e na *Folha de S.Paulo*, no dia 10 de setembro. Foi também divulgada pelo meu *site*, pelo Facebook. Fizemos o possível para dar a maior publicidade possível.

Não havendo mais nada a tratar, estão encerrados os trabalhos.